

Professores qualificados

Amanhã ou terça-feira, o governador José Roberto Arruda vai até a Câmara Legislativa para entregar, pessoalmente, o projeto de lei que reestrutura o plano de carreira dos professores da rede pública do DF. De acordo com o governador, a proposta oferece uma gratificação por tempo de serviço e outra por titulação para quem buscar aperfeiçoamento profissional. Professores de escolas com menor índice de evasão e com melhores notas nos exames de avaliação nacional promovidos pelo Ministério da Educação (MEC) terão direito a remuneração adicional.

"Os professores precisam e serão privilegiados. São profissionais dedicados que trabalham diariamente para formar cidadãos", reconhece o governador. "O novo plano permitirá uma adequação da titulação do professor, do esforço dele e do mérito. Tudo será reproduzido

na tabela salarial", completa o secretário de Educação, José Luiz Valente.

A principal alteração na remuneração da categoria será no vencimento, base para o cálculo das gratificações. Ele passa dos R\$ 924 fixos atuais para valores entre R\$ 2 mil e R\$ 2,7 mil. As gratificações de Incentivo à Carreira (GIC) e de Titulação serão incorporadas ao vencimento básico, possibilitando que professores Classe A, de 40 horas (com título de graduação), que constituem 80% da categoria, tenham uma variação de reajuste na remuneração final entre 15,67% e 25,01%.

■ Reajuste

Para o secretário de Educação, a medida contempla a recuperação salarial dos professores e põe fim ao achatamento salarial ocorrido ao longo dos últimos anos. Este ano, o GDF promoveu um reajuste médio de

PROFESSORES
DE ESCOLAS COM
MENOR ÍNDICE DE
EVASÃO E COM
MELHORES NOTAS
NOS EXAMES
DE AVALIAÇÃO
NACIONAL
PROMOVIDOS PELO
MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO (MEC)
TERÃO DIREITO A
REMUNERAÇÃO
ADICIONAL

12% à categoria. Em 2008, o plano de carreira prevê reajuste médio de 16%. Entre 2009 e 2010, a recuperação salarial da categoria vai depender do reajuste do Fundo Constitucional que assegura o pagamento da folha salarial dos servidores da Segurança Pública, Saúde e Educação no DF.

Nesse caso, há um com-

promisso de que os professores terão o mesmo percentual de reajuste do fundo nesses dois anos. Caso alguma categoria receba aumento salarial maior, a mesma proposta será estendida aos professores. "É uma medida clara de valorização da carreira e de recuperação dos salários. Não se consegue tudo da noite para o dia, mas a perspectiva de atendimento de todas as reivindicações dos professores é transparente", assegura Valente.

■ Progressão

A formulação do novo plano de carreira é resultado de negociações que se desenrolaram por mais de 90 dias. O processo foi montado com base na tabela salarial, formada por 25 níveis. O professor sobe um nível a cada ano. Esse avanço anual poderá ser condicionado à avaliação de mérito e da titulação, que venham a ser incorporadas ao longo da carreira.

A progressão vertical depende do tempo de casa, enquanto a horizontal privilegia a qualificação profissional. Quanto maior o avanço, melhor será o vencimento sobre o qual incidem as gratificações. "A proposta fará uma adequação da carreira do professor com os objetivos do governo para a melhoria da educação pública do DF, dando ênfase ao aprendizado do aluno".

■ Gestão

O governo destaca que o novo plano é apenas uma das propostas para melhorar a qualidade do ensino no Distrito Federal. O projeto de gestão compartilhada, aprovado pela Câmara Legislativa na quinta-feira, é outra medida que faz parte desse plano maior. Para o secretário de Educação, "representa a possibilidade de fazer uma revolução na educação do DF". Além de normatizar o pro-

cesso de escolha dos diretores das unidades da rede pública de ensino, o projeto concede autonomia financeira às escolas.

Para se habilitar à candidatura da direção de uma escola, o professor será submetido a uma avaliação. Os que obtiverem média igual ou superior a sete estão aptos a elaborar um plano de trabalho que será apresentado à comunidade escolar. O projeto mais adequado será eleito por servidores, professores e pais. O repasse de recursos financeiros às escolas abre a possibilidade de aquisição de materiais de limpeza, escritório e consumo. A medida proporciona maior agilidade na execução de pequenos reparos e resolução de problemas rotineiros das unidades escolares. De acordo com José Luiz Valente, a descentralização de poderes implica na necessidade de motivação do professor, objeto principal do plano de carreira.